INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

DOCUMENTO METODOLÓGICO

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Versão 1.3

Designação da operação estatística: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Sigla da operação estatística: ISDR

Código da operação estatística: 127

Código SIGINE*: IR0026

Código da atividade estatística - CGA*: 440

Código de versão do DMET: 1.3

Data de entrada em vigor da versão do DMET: Abril de 2013

Data da última atualização do DMET: Abril de 2013

Entidade responsável pela operação estatística: INE/DES/TT

*** -** Para uso exclusivo nas operações da responsabilidade do INE.

ÍNDICE

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA
- *I. 1* Designação da operação estatística
- *I. 2* Sigla (ou abreviatura) da operação estatística
- *I. 3* Código da operação estatística
- *I. 4* Código SIGINE (modelo estatístico)
- *I. 5* Código da Atividade Estatística
- *I. 6* Código de Versão do Documento Metodológico
- *I.7* Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico
- *I.8* Data da última atualização do Documento Metodológico
- *I.9* Entidade responsável pela operação estatística
- *I10. Outras Entidades Externas relacionadas com a operação estatística*

II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA *NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO*

III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO
- III.1 Contexto da operação estatística
- III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação
- III.3 Objetivos da operação estatística
- III.4 Financiamento da operação estatística

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL
- IV.1 Tipo de operação estatística
- IV.2 Tipo de fonte (s) de informação utilizada (s) na operação estatística
- IV.3 Periodicidade da operação estatística
- IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística
- IV.5 Principais utilizadores da informação
- IV.6 Difusão
  - IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação
  - IVI.6.2 Revisões
  - IV.6.3 Produtos de difusão regular

V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA
- V.1 População-alvo
- V.2 Base de amostragem
- V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação
- V.4 Desenho da amostra
  - V.4.1 Características da amostra
  - V.4.2. Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra
- V.5 Construção do (s) questionário (s)
  - V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s)
  - V.5.2 Tempo médio de preenchimento do (s) questionário (s)
- V.6 Recolha de dados
  - V.6.1 Recolha direta de dados
    - V.6.1.1 Período (s) de recolha
    - V.6.1.2 Método (s) de recolha
    - V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha
    - V.6.1.4 Possibilidade de inquirição Proxy
    - V.6.1.5 Sessões Informativas
  - V.6.2 Recolha não-direta de dados
- V.7 Tratamento de dados
  - V. 7.1 Validação e análise
  - V.7.2 Tratamento de não respostas

- V.7.3 Obtenção de resultados
- V.7.4 Ajustamentos dos dados
- V.7.5 Comparabilidade e coerência
- V.7.6 Confidencialidade dos dados

VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO
VII. VARIÁVEIS DERIVADAS
VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR
IX. CONCEITOS
X. CLASSIFICAÇÕES
XI. SIGLAS E ABREVIATURAS
XII. BIBLIOGRAFIA

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

☞ *I. 1 Designação da operação estatística*

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

☞ *I. 2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística*

ISDR

☞ *I. 3 Código da operação estatística*

127

☞ *I. 4 Código SIGINE (modelo estatístico)*

IR0026

☞ *I. 5 Código da Atividade Estatística*

Área 45 - Território
Família 451 - Estatísticas de Base Regional
Atividade 440 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

☞ *I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico*

1.3

☞ *I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico*

Abril de 2013

☞ *I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico*

Abril de 2013

☞ *I.9 Entidade responsável pela operação estatística*

INE

- Unidade Orgânica (UO): Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais / Serviço de Estatísticas Territoriais
- Técnico responsável

  Nome: Maria Manuel Pinho
  Telefone: +351 226 072 036
  E-mail: mmanuel.pinho@ine.pt

☞ *I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação*

Não aplicável

II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

Nova versão:

- Alteração de variáveis de observação ☐
- Alteração de conceitos ☐
- Alteração de classificações ☐
- Alteração de produtos de difusão ☐
- Alteração de fontes estatísticas ☐
- Alteração do método de recolha ☐
- Alteração de âmbito na população ☐
- Alteração do desenho amostral ☐
- Outros motivos ☒
    - Revisão regular corrente da série retrospetiva por revisão da informação de base e por incorporação de novos valores extremos no algoritmo

III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

☞ *III.1 Contexto da operação estatística*

No âmbito de um protocolo celebrado, em 2007, entre o INE e o Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, deu-se início a um projeto para a construção de um índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR) para Portugal, que beneficiasse de anteriores experiências do mesmo tipo realizadas no país (Carvalho e Matias, 2004; Mateus *et al.*, 2005), com o objetivo de disponibilizar, com uma periodicidade bienal, resultados que permitam acompanhar as assimetrias regionais e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Em maio de 2009, foi divulgado pelo INE/DPP um primeiro estudo com resultados para os anos de 2004 a 2006. A manifestação do interesse por parte de várias entidades salientou a importância de que fosse produzido, numa base anual, um instrumento estatístico que pudesse apoiar a elaboração dos relatórios anuais de acompanhamento das políticas públicas com incidência territorial. A discussão e reflexão subsequentes desenvolvidas pelo INE, tendo em vista a divulgação anual de resultados, conduziram à redefinição de algumas variáveis de base e a ajustamentos metodológicos. Estas opções foram formalizadas na versão 1.0 do documento metodológico Índice Sintético de Desenvolvimento Regional. A presente revisão do documento metodológico, tal como as versões 1.1 e 1.2, corresponde a uma revisão regular corrente em resultado da revisão da informação de base e da incorporação de novos valores extremos no algoritmo.

A principal valência dos indicadores compósitos reside na capacidade de integrar uma vasta quantidade de informação num formato de leitura simples (OECD, 2003: 3). Esta característica torna os indicadores compósitos num elemento facilitador da análise de fenómenos complexos, sendo especialmente interessantes para suportar a avaliação objetiva de fenómenos multidimensionais. Na realidade, significa transformar um conjunto de indicadores simples, relacionados com determinado fenómeno, num único indicador sintético e de fácil leitura. Neste sentido, os indicadores compósitos constituem uma ferramenta útil, simultaneamente, para os decisores de política – porque fornecem informação de suporte à tomada de decisão – e para a sociedade civil – porque permitem apreender com facilidade a evolução de fenómenos complexos. São vários os exemplos de utilização de indicadores compósitos para a monitorização de fenómenos complexos ao nível internacional (Bandura, 2008) e a discussão sobre a importância deste tipo de indicadores para o acompanhamento das trajetórias de desenvolvimento encontra-se na agenda política internacional: o Fórum Mundial da OCDE realizado em 2007 atribuiu especial importância a esta temática, bem como a conferência internacional "Beyond GDP" dinamizada pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu, pelo Clube de Roma

e pela OCDE no mesmo ano. Do ponto de vista territorial, os indicadores compósitos são particularmente apelativos por permitirem hierarquizar o desempenho de diferentes unidades territoriais, avaliar a respetiva evolução ao longo do tempo e, consequentemente, conhecer melhor os processos de convergência territorial.

Contudo, a qualidade de um indicador compósito está, naturalmente, dependente da disponibilidade da informação com relevância analítica para o fenómeno que está a ser medido. Para além da seleção da informação de base, a construção de indicadores compósitos implica tomar várias opções metodológicas, nomeadamente no que respeita a métodos de normalização dos indicadores de base, a métodos de agregação e ponderação destes indicadores e ainda a métodos de apresentação do resultado final por forma a garantir a facilidade de leitura e interpretação. Deste conjunto de procedimentos, resulta um distanciamento entre a informação de base selecionada para retratar determinado fenómeno e os resultados do índice e conduz, não raras vezes, à referenciação dos indicadores compósitos como pouco transparentes e de reduzida robustez (OECD *et al.*, 2008: 13). É, por isso, fundamental garantir que a disponibilização dos resultados provenientes deste tipo de indicadores seja acompanhada por metainformação que traduza as opções metodológicas associadas aos resultados e delimite o âmbito das potencialidades analíticas do índice.

Importa, assim, referir que o apuramento do ISDR foi sustentado numa análise de sensibilidade à robustez dos resultados na qual, para além da análise de pertinência dos indicadores escolhidos, se procedeu a uma análise comparativa de diferentes cenários de apuramento do ISDR, nomeadamente os correspondentes a diferentes métodos de normalização e agregação, bem como a uma análise dos impactos nas revisões do histórico do ISDR. No sentido de sustentar a robustez dos resultados, promoveu-se, com base numa versão preliminar do ISDR, uma sessão de discussão com um grupo de especialistas, sobre as opções de concetualização e de operacionalização, bem como sobre os resultados.

O ISDR contempla as dimensões competitividade e coesão, à semelhança da estrutura adotada em Mateus *et al.* (2005), às quais se adicionou a dimensão qualidade ambiental, tendo em conta a sua importância num conceito alargado de desenvolvimento regional. A competitividade pretende captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional. A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades. Na qualidade ambiental, captam-se as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio

ambiente – numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território –, os respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais, seja em termos de comportamentos individuais, seja ao nível da definição de políticas públicas.

Estas três dimensões permitem acompanhar as trajetórias de evolução comparada das posições relativas das regiões portuguesas, assegurando uma representatividade espacial correspondente às sub-regiões NUTS III e a estimação de resultados para Portugal, para as regiões NUTS II em vigor e para a delimitação das regiões NUTS II correspondente aos âmbitos de atuação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e dos Governos Regionais (versão de 2001 das NUTS II).

Este projeto tem como principal referência, no que diz respeito à pertinência da informação estatística de base territorial, o "Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas", desenvolvido na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do Conselho Superior de Estatística, e que resultou do trabalho conjunto de várias entidades, entre as quais se incluem o Observatório do QREN, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, os Governos Regionais, o DPP e o INE (o sistema de "Indicadores de Contexto do QREN" encontra-se disponível no Portal de Estatísticas Oficiais, no Dossiê Temático Território, desde julho de 2009).

☞ *III. 2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação*

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- **Necessidades** resultantes de **obrigações legais**:
  - Legislação comunitária
    Especificar: _____ ☐
  - Compromissos perante organizações internacionais
    Especificar: _____ ☐
  - Legislação nacional
    Especificar: _____ ☐
- **Pedido direto de informação** por parte do/de:
  - Entidades públicas nacionais ☒
  - Entidades comunitárias
    - Programa Estatístico Europeu (PEE) ☐
    - Acordo informal ("Acordo de Cavalheiros") ☐

- Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras ☐

  Especificar: _____

- Conselho Superior de Estatística (Recomendações, p.ex.) ☐

  Especificar: _____

- Resultado de **inquéritos** às necessidades dos utilizadores ☐
- Necessidades de informação de **outras operações estatísticas** ☐
- Contrato/**Protocolo** específico com Entidade externa ☐
- Outras necessidades ☒
  - Informação de interesse público para a definição e monitorização de políticas públicas e informação de interesse académico para efeitos de ensino e de investigação.

☞ *III.3 Objetivos da operação estatística*

O objetivo do ISDR é disponibilizar, numa base regular, resultados que permitam acompanhar as assimetrias regionais nas diversas vertentes do desenvolvimento regional e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Neste âmbito, o objetivo prende-se com a construção de quatro índices compósitos: competitividade, coesão, qualidade ambiental e índice global de desenvolvimento regional.

☞ *III.4 Financiamento da operação estatística*

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta <u>única</u>):

- Financiamento total:
  - da Entidade responsável ☒
  - da União Europeia (EUROSTAT) ☐
  - de outra Entidade ☐
    - Especificar: _____
- Cofinanciamento:
  - Entidade responsável e União Europeia ☐
  - Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia) ☐
    - Especificar: _____

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

☞ *IV.1 Tipo de operação estatística*

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

- Inquérito amostral ☐
- Recenseamento ☐
- Estudo estatístico ☒

☞ *IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística*

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- Fonte Direta ☐
- Fonte Não-direta
  - o Fonte administrativa ☒
  - o Outra operação estatística ☒
  - o Outra ☐
    - Especificar: _____

☞ *IV.3 Periodicidade da operação estatística*

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

- Mensal ☐
- Trimestral ☐
- Semestral ☐
- Anual ☒
- Bienal ☐
- Trienal ☐
- Quadrienal ☐
- Quinquenal ☐
- Decenal ☐
- Não periódico ☐
- Outra ☐

  Especificar:_____

☞ *IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística*

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- Continente ☐
- Região Autónoma da Madeira ☐
- Região Autónoma dos Açores ☐
- País ☒
- Outro ☐

  Especificar: _____

☞ *IV. 5 Principais utilizadores da informação*

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional

- o INE ☒
- o Banco de Portugal ☐
- o Direção Regional de Estatística da Madeira ☐
- o Serviço Regional de Estatística dos Açores ☐
- o Entidades com delegação de competências ☐
  Especificar: _____

Outros utilizadores nacionais ☒

Administração Pública (Administração Central, Administração Regional e Administração Local, nomeadamente, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas); Sociedades Não Financeiras (empresas e associações empresariais); Pessoas Singulares (utilizadores individuais, em particular investigadores)

Utilizadores Comunitários e outros Internacionais ☒

EUROSTAT e OCDE

☞ *IV.6 Difusão*

o *IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação*

A informação deve ser disponibilizada até ao final do mês de abril do ano n+3.

o *IV.6.2 Revisões*

1. Tipos de revisões de dados adotadas:

Assinale uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (<u>resposta múltipla</u>):

- Revisões regulares
  - o **Correntes** ☒
  - o **Gerais** ☐
- Revisões **extraordinárias** ☐

2. Circunstância em que são efetuadas as revisões:

As revisões regulares correntes do ISDR que decorrem da incorporação de nova informação têm impacto nos resultados a dois níveis: (1) na própria informação de base que sustenta a série retrospetiva do ISDR e (2) na incorporação de novos valores extremos no algoritmo na sequência da atualização anual da base de dados.

No que respeita à informação de base que sustenta a série retrospetiva do ISDR, a versão 1.3 deste documento metodológico resulta, em parte, de alterações à série retrospetiva (2004-2009) da informação de base dos indicadores cuja operacionalização se baseia nas estimativas anuais de população residente. Com efeito, na sequência da divulgação dos dados censitários definitivos de 2011, a série para o período 2001-2010 das estimativas provisórias de população residente (calculadas a partir da população do recenseamento mais recente, 2001, para os anos seguintes – estimativas pós-censitárias) foi substituída pela série das estimativas definitivas de população residente (incorporam os resultados definitivos de dois recenseamentos consecutivos, 2001 e 2011, e reportam-se aos anos decorrentes entre as duas operações censitárias – estimativas intercensitárias).

A série *Estimativas definitivas da população residente* foi também adotada na revisão dos ponderadores para a estimação de resultados do ISDR para Portugal, para as regiões NUTS II em vigor e para a versão de 2001 das NUTS II.

Por outro lado, a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística, em 1 de janeiro de 2010, introduziu alterações significativas no registo da informação contabilística e consequentemente nos dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) para o ano de 2010, também refletidas para o período de 2004 a 2009. Assim, a informação de base que sustenta a série retrospetiva do ISDR foi substituída pela nova série do SCIE 2004-2010.

Finalmente, procedeu-se à reformulação do indicador de qualidade da água para consumo humano no sentido de o tornar consistente com o indicador de água segura que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) passou a incorporar na edição de 2010 do *Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal*.

No que respeita à incorporação de novos valores extremos no algoritmo na sequência da atualização anual da base de dados, a versão 1.3 deste documento metodológico resulta da opção por um método de normalização composto por uma estandardização estatística (*z-score*) seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR que implica que, em cada momento de divulgação do índice, os *scores* divulgados anteriormente tenham que ser alvo de uma revisão regular corrente, apesar de se manter inalterada a escala ordinal e a posição regional (acima/abaixo) face ao desempenho médio nacional. Esta imposição resulta da necessidade de garantir que os valores máximo e mínimo de referência para o reescalonamento dos indicadores estandardizados sejam os mesmos, devendo corresponder aos valores máximo e mínimo da matriz de indicadores de base estandardizados da série temporal de

dados completa, sob pena de se invalidar a possibilidade de comparações intertemporais dos valores dos índices (European Commission, 2005: 48).

3. Frequência das revisões:

As revisões regulares correntes do ISDR têm periodicidade anual.

o *IV.6.3 Produtos de difusão regular*

Produtos a disponibilizar			
Tipo de produto	**Designação do produto**	**Periodicidade de disponibilização**	**Nível geográfico (desagregação geográfica máxima)**
• Destaque • Publicação • Indicadores estatísticos	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional	• Anual • Não periódica • Anual	• NUTS III • NUTS III • NUTS III

V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

☞ *V.1 População-alvo*

Sub-regiões NUTS III portuguesas

☞ *V.2 Base de amostragem*

Não aplicável

☞ *V. 3 Unidade (s) estatística (s) de observação*

Unidade territorial

☞ *V. 4 Desenho da amostra*

Não aplicável

☞ *V.5 Construção do(s) questionário(s)*

Não aplicável

☞ *V. 6 Recolha de dados*

o *V.6.1 Recolha direta de dados*

Não aplicável

o *V. 6.2 Recolha não-direta de dados*

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE (administrativa, operação estatística)	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL DA FONTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS DA FONTE
Contas Económicas Regionais	Operação estatística	INE	2004-2010
Estatísticas do Comércio Internacional de Bens	Operação estatística	INE	2004-2010
Estimativas Anuais da População Residente	Operação estatística	INE	2004-2010
Indicadores Demográficos	Operação estatística	INE	2004-2010
Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria	Operação estatística	INE	2004-2010

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE	IDENTIFICAÇÃO DA	PERÍODO DE
Sistema de Contas Integradas das Empresas	Operação estatística	INE	2004-2010
Óbitos por Causas de Morte	Operação estatística	INE	2004-2010
Inquérito ao Ambiente - Caraterização do Saneamento Básico	Operação estatística	INE	2004-2005
Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento	Operação estatística	INAG	2006-2009
Inquérito aos Centros de Saúde	Operação estatística	INE	2004-2010
Estatísticas das Farmácias	Operação estatística	INE	2004-2010
Inquérito aos Museus	Operação estatística	INE	2004-2010
Inquérito aos Recintos de Espetáculos	Operação estatística	INE	2004-2010
Casamentos	Operação estatística	INE	2004-2010
Estatísticas das Obras Concluídas	Operação estatística	INE	2004-2010
Estatísticas dos Resíduos Municipais	Operação estatística	INE	2004-2010
Criminalidade Registada	Operação estatística	DGPJ/MJ	2004-2010
Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior	Operação estatística	DGEEC/MEC	2004-2010
Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior	Operação estatística	DGEEC/MEC	2004-2010
Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – Setor Empresas	Operação estatística	DGEEC/MEC	2004-2010
Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – Setor Instituições	Operação estatística	DGEEC/MEC	2004-2010
Quadros de Pessoal	Operação estatística	GEE/MEE	2004-2010
Produção de energia	Administrativa	DGEG/MEE	2004-2010

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE	IDENTIFICAÇÃO DA	PERÍODO DE
Consumo de energia	Administrativa	DGEG/MEE	2004-2010
Desemprego registado	Administrativa	Instituto do Emprego e Formação Profissional	2004-2010
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	Administrativa	AT/MF	2004-2010
Valor das pensões do regime geral da Segurança Social	Administrativa	II/MSSS	2004-2010
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Administrativa	II/MSSS	2004-2010
Cobertura territorial em banda larga	Administrativa	Portugal Telecom	2004-2010
Indicador de água segura (consumo humano)	Administrativa	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos; Direção Regional do Ambiente da R. A. da Madeira	2004-2010
Qualidade do ar	Administrativa	Agência Portuguesa do Ambiente. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira	2004-2010
Emissões poluentes	Administrativa	Agência Portuguesa do Ambiente. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira	2004-2009
Zonas classificadas (Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas)	Administrativa	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira	2004-2010
Planos Municipais de Ordenamento do Território	Administrativa	Direção Geral do Território. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores). Direção Regional de Geografia e Ordenamento do Território (R. A. Madeira)	2004-2010
Carta Administrativa Oficial de Portugal	Administrativa	Direção Geral do Território	2004-2010

A opção entre dados provenientes de operações estatísticas e dados administrativos assenta na relevância da informação e na racionalização e rentabilização dos recursos. Para uma descrição mais detalhada dos dados de recolha não-direta, veja-se o anexo referenciado no capítulo VI, incluído no final do Documento Metodológico.

☞ *V.7 Tratamento de dados*

o *V. 7.1 Validação e análise*

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (resposta múltipla):
   - Regras de domínio ☐
   - Regras de coerência ☐
   - Regras de estrutura ☒
2. Fazer uma breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos.

Do ponto de vista concetual, a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental foram identificadas como as componentes essenciais na avaliação do desenvolvimento regional. Nesta perspetiva, procurou-se que cada componente fosse representada com indicadores que correspondessem, tão fielmente quanto possível, à delimitação concetual definida.

A competitividade pretende captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades.

A qualidade ambiental visa captar as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente – numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território –, os respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais, seja em termos de comportamentos individuais, seja ao nível da definição de políticas públicas.

Sob esta perspetiva, o índice de desenvolvimento global é o resultado da representação estatística dos conceitos de competitividade, coesão e qualidade ambiental com igual ponderação, na medida em que a seleção dos indicadores de base se enquadrou naquela lógica concetual de visão tripartida do desenvolvimento regional.

A construção do ISDR tem por base 65 variáveis de natureza económica, social e ambiental relativas às sub-regiões NUTS III. O algoritmo de tratamento dos dados até à

obtenção dos indicadores compósitos é constituído por um procedimento de normalização, um procedimento de agregação e um procedimento de apresentação e é desenvolvido em folhas de cálculo Excel.

Indicadores de base

A eventual indisponibilidade da informação necessária, seja temporal, seja geográfica, pode exigir que, em situações específicas, haja a necessidade de adotar um procedimento que permita colmatar essa lacuna de informação.

Procedimento de normalização

Os indicadores de base selecionados são medidos em unidades ou escalas diferentes, tornando-se assim fundamental expressá-los numa unidade de medida e numa escala comuns. A estandardização estatística (*z-score*) serve este objetivo, expurgando as diferenças de valores entre indicadores das diferenças de unidades de medida e de escalas. Este procedimento resulta da subtração pela média e subsequente divisão pelo desvio-padrão (no caso de indicadores com sentido contrário ao grau de desenvolvimento, adota-se o simétrico da estatística *z-score*):

$$Sx_{rj} = \frac{x_{rj} - \bar{x}_j}{dp(x_j)}$$

Ou quando o indicador j se associa com sentido contrário ao grau de desenvolvimento:

$$Sx_{rj} = \frac{\bar{x}_j - x_{rj}}{dp(x_j)}$$

onde,

Sx_{rj} representa o indicador de base j normalizado na unidade territorial r,

x_{rj} representa o valor do indicador de base j na unidade territorial r,

$\bar{x}_j$ representa a média da distribuição do indicador de base j,

$dp(x_j)$ representa o desvio-padrão da distribuição do indicador de base j.

Os indicadores selecionados associados com sentido contrário ao grau de desenvolvimento são:

- Taxa quinquenal de mortalidade infantil
- Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante
- Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico
- Taxa de criminalidade contra a integridade física
- Desemprego registado por indivíduo em idade ativa
- Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa
- Taxa de fecundidade na adolescência
- Resíduos urbanos recolhidos por habitante
- Águas residuais drenadas por habitante

- Emissões que provocam acidificação e eutrofização por km^2
- Emissões com impacto na saúde pública por km^2
- Consumo doméstico de água por habitante servido
- Ecoeficiência

A estandardização estatística (*z-score*) elimina os problemas relativos à unidade de medida e à escala, gerando indicadores com média zero e desvio-padrão unitário. As médias zero evitam a introdução de enviesamentos na agregação, resultantes das diferenças de média. A divisão das médias pelo desvio-padrão permite reescalonar os indicadores, mas não impede que os indicadores com valores extremos tenham um maior impacto no indicador sintético, uma vez que os intervalos de variação efetiva desses indicadores serão maiores. Este facto será positivo, se o objetivo do indicador sintético for exatamente o de relevar as diferenças entre as unidades estatísticas.

Num segundo momento, optou-se pelo reescalonamento pelo método *minmax* como forma de anular os inconvenientes analíticos resultantes dos desempenhos negativos inevitáveis no método *z-score* e garantir a incorporação da variabilidade entre valores extremos presente nos indicadores nos resultados obtidos. Saliente-se que os resultados obtidos com o reescalonamento *minmax* assumem correlação unitária com os obtidos através do *z-score*. Assim, na aplicação do *minmax* como método de reescalonamento dos indicadores já estandardizados pelo procedimento *z-score*, tomam-se o máximo e o mínimo dos valores de toda a matriz de indicadores, considerando as séries anuais de todo o período de referência do índice (subtrai-se o mínimo de referência ao valor observado e divide-se essa diferença pela diferença entre o máximo de referência e o mínimo de referência):

$$Nx_{rj} = \frac{x_{rj} - x^{ref}_{mínimo}}{x^{ref}_{máximo} - x^{ref}_{mínimo}} \times 100$$

onde,

Nx_{rj} representa o indicador de base j normalizado na unidade territorial r,

x_{rj} representa o valor do indicador de base j na unidade territorial r;

$x^{ref}_{mínimo}$ representa o valor mínimo de referência,

$x^{ref}_{máximo}$ representa o valor máximo de referência.

<u>Procedimento de agregação</u>

Os indicadores de base, após a aplicação do procedimento de normalização, são agregados dando origem a índices parciais. Estes vários índices parciais são, em termos metodológicos, um passo intermédio para a construção do índice global. Optou-se pelos seguintes procedimentos:

- cada componente (competitividade, coesão e qualidade ambiental) foi obtida por agregação, através de média dos respetivos indicadores com igual ponderação;
- para obtenção do índice global, recorreu-se à média das componentes com igual ponderação significando, por isso, que os resultados refletem uma visão

tripartida do desenvolvimento regional, em que competitividade, coesão e qualidade ambiental assumem a mesma importância.

Procedimento de apresentação

Cada um dos quatro índices ao nível das NUTS III foi transformado por divisão com a respetiva média nacional (estimada através da média das NUTS III ponderada pela respetiva população residente), obtendo-se índices relativos referenciados ao valor nacional, de modo a facilitar a sua leitura, pois os índices assim transformados permitem aferir a distância de cada NUTS III em relação ao conjunto do país.

3. Descrever as metodologias para medir os erros de medida e de processamento.

No que respeita à seleção das variáveis de base, importa sublinhar que a informação é validada atendendo à coerência espacial e temporal, de forma a detetar eventuais incorreções na compilação das variáveis. No que respeita aos índices compósitos produzidos, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- apesar da diversidade dos contextos territoriais existentes no país, na definição do modelo concetual de desenvolvimento regional, procurou-se assegurar a representatividade para o conjunto das 30 regiões NUTS III do país;
- os indicadores de base associados a cada componente procuram retratar os conceitos de competitividade, coesão e qualidade ambiental; na concetualização teórica e estatística de cada componente, procurou-se ter em conta uma lógica tridimensional do fenómeno que se pretende representar, que conduziu a que cada componente pudesse ser entendida como o resultado conjunto das condições para um melhor desempenho, dos comportamentos e das políticas públicas e privadas que corporizam processos de transformação das condições e dos resultados que exprimem de forma mais aproximada a concretização dos objetivos delineados; no caso da componente qualidade ambiental, a lógica assentou no trinómio pressão, resposta e estado;
- a seleção dos indicadores de base beneficiou de análises de sensibilidade e da auscultação a especialistas à pertinência estatística na representação das três componentes do desenvolvimento regional;
- os quatro indicadores compósitos produzidos são validados sob as perspetivas espacial e temporal, de forma a assegurar a qualidade estatística dos mesmos;
- a opção pelo método de normalização composto por uma estandardização estatística (*z-score*) seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR implica que, em cada momento de divulgação do índice, os *scores* divulgados anteriormente possam ser alvo de revisão (em caso de alteração de um ou de ambos os valores extremos da base de dados estandardizada), apesar de se manter inalterada a escala ordinal.

Assim, estabeleceu-se que os dados do ISDR não terão natureza de definitivos até ao último ano da série corrente, altura em que se fixarão o mínimo e o máximo de referência

para toda a série.

o *V. 7.2 Tratamento de não respostas*

Não aplicável

o *V.7.3 Obtenção de resultados*

O cômputo dos quatro índices compósitos (índice global de desenvolvimento regional, competitividade, coesão e qualidade ambiental), produzidos no âmbito do ISDR, parte de um conjunto de variáveis – 25 para a competitividade, 25 para a coesão e 15 para a qualidade ambiental. Estas 65 variáveis são alvo de uma normalização – estandardização *z-score* e reescalonamento *minmax* –, seguindo-se um procedimento de agregação – cada uma das três componentes é obtida a partir da média dos indicadores normalizados que a compõem com igual ponderação e o índice global é obtido a partir da média simples das três componentes; finalmente, é adotado um procedimento de apresentação que consiste na transformação, de cada um dos quatro índices ao nível das NUTS III, pela divisão com a respetiva média nacional (estimada através da média das NUTS III ponderada pela respetiva população residente), obtendo-se índices relativos referenciados ao valor nacional. Assim, da aplicação deste método, resulta um valor nacional que é estimado e não obtido diretamente a partir do modelo de análise que é aplicado exclusivamente às NUTS III. Tal como o valor nacional, os índices relativos às NUTS II são estimados por média ponderada pela respetiva população dos índices das respetivas NUTS III, como forma de assegurar a compatibilidade entre médias nacionais apuradas em cada um destes tipos de desagregação regional. Este procedimento é desenvolvido em folhas de cálculo Excel.

o *V.7.4 Ajustamentos dos dados*

Não aplicável

o *V.7.5 Comparabilidade e coerência*

No que respeita à comparabilidade geográfica, o ISDR permite a observação das assimetrias regionais em Portugal, numa base anual e nas vertentes da competitividade, da coesão, da qualidade ambiental e na vertente global do desenvolvimento regional.

No que respeita à comparabilidade temporal, a opção por um método de normalização composto por uma estandardização estatística (*z-score*) seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR implica que, em cada momento de divulgação do índice, os *scores* divulgados anteriormente tenham que ser alvo de uma revisão regular corrente, apesar de se manter inalterada a escala ordinal e a posição regional (acima/abaixo) face ao desempenho médio nacional. Esta imposição resulta da necessidade de garantir que os valores máximo e mínimo de referência para o reescalonamento dos indicadores

estandardizados sejam os mesmos, devendo corresponder aos valores máximo e mínimo da matriz de indicadores de base da série temporal de dados completa, sob pena de se invalidar a possibilidade de comparações intertemporais dos valores dos índices (European Commission, 2005: 48). A opção pela estandardização estatística (*z-score*) com a média e o desvio-padrão não fixados num ano base permite uma avaliação da evolução do desempenho regional condicionada pela evolução registada pelo conjunto das NUTS III e não uma avaliação do desempenho de cada sub-região independentemente da evolução observada nas restantes sub-regiões. A coerência temporal dos índices compósitos produzidos é trabalhada em folhas de cálculo Excel.

o *V.7.6 Confidencialidade dos dados*

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):
   - Sim ☐
   - Não ☒
2. Se responder "sim" completar a resposta de acordo com a instrução de preenchimento.

VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

- Suportes de Recolha: não aplicável.

- Variáveis: a observação de variáveis não se aplica. O estudo estatístico recolhe variáveis provenientes de outras operações estatísticas do SEN e de procedimentos administrativos, para as 30 sub-regiões NUTS III portuguesas. Para uma descrição mais detalhada dos dados de recolha não-direta, veja-se o anexo incluído no final do Documento Metodológico.

VII. VARIÁVEIS DERIVADAS

Não aplicável.

VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
		Código	Data início vigência	Designação				Código	Designação	Nível
0004106	Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	8132	29-03-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	29-03-2010	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	4
0004107	Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual	8132	29-03-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4623	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2001)	00408	NUTS 2001 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
0004108	Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	8145	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	29-03-2010	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	4
0004109	Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividad	8145	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitivida	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4623	23-05-2008	Localização geográfica	00408	NUTS 2001 completa	3

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
		Código	Data início vigência	Designação				Código	Designação	Nível
	e) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual			de)			(NUTS - 2001)		(lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	
0004110	Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	8146	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	29-03-2010	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	4
0004111	Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual	8146	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4623	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2001)	00408	NUTS 2001 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
0004112	Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	8147	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	29-03-2010	Localização geográfica (NUTS - 2002)	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	4
0004113	Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2001); Anual	8147	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					4623	23-05-2008	Localização geográfica (NUTS - 2001)	00408	NUTS 2001 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3

IX. CONCEITOS

Código	Designação	Definição
7276	ACIDIFICAÇÃO	Aumento da acidez do meio resultante da volatilização de diversos compostos, nomeadamente amoníaco, óxidos de azoto e óxidos de enxofre, que provocam a contaminação das chuvas, provocando alterações químicas.
1124	ADSL	Tecnologia de transmissão assimétrica de banda larga que usa os pares de cobre da cablagem telefónica existente para comunicação de dados a taxas elevadas e acesso a serviços multimédia. Um circuito ADSL providencia três canais de informação: um canal downstream (sentido Internet para o PC) de alto débito (1,5 a 8Mbit/s), um canal duplex de alto débito médio de upstream (sentido PC para a Internet) (16 a 640Kbit/s) e um canal para o serviço telefónico.
254	ALUNO	Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula.
4418	ÁREA PROTEGIDA	Área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.
1242	BENEFICIÁRIO	Pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.
1104	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO COLETIVO	Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.
164	CASAMENTO	Contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos da legislação em vigor.
6761	CENTRAL DE COGERAÇÃO	Instalação onde se faz a produção simultânea e combinada de eletricidade e calor.
502	CENTRO DE SAÚDE	Estabelecimento público de saúde, que visa a promoção da saúde, prevenção da doença e a prestação de cuidados, quer intervindo na primeira linha de atuação do Serviço Nacional de Saúde, quer garantindo a continuidade de cuidados, sempre que houver necessidade de recurso a outros serviços e cuidados especializados. Dirige a sua ação tanto à saúde individual e familiar como à saúde de grupos e da comunidade, através dos cuidados que, ao seu nível, sejam apropriados, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua ação ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de internamento.
3222	CONCELHO (MUNICÍPIO)	Circunscrição administrativa, que se subdivide em freguesias.

Código	*Designação*	*Definição*
257	CONCLUSÃO	Situação escolar do aluno que termina com sucesso o nível de ensino que frequenta, tendo direito à atribuição do respetivo diploma.
7266	CRIME REGISTADO	Crime detetado pelas autoridades policiais ou levado ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa.
258	CURSO PROFISSIONAL	Curso de ensino secundário com um referencial temporal de três anos letivos, vocacionado para a qualificação inicial dos jovens, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos. Confere diploma de conclusão do ensino secundário e certificado de qualificação profissional de nível 3.
166	DENSIDADE POPULACIONAL	Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).
1465	DESEMPREGO REGISTADO	Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.
2852	DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	Sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio recetor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, intercetor, estação de tratamento e emissário final.
4768	EMISSÕES ATMOSFÉRICAS (ANTROPOGÉNICAS)	Resultam na introdução na atmosfera, pela atividade humana, de químicos, partículas suspensas ou materiais biológicos que causam lesões ou desconforto nos seres vivos ou causam danos no meio ambiente.
2605	EMPREGO	O emprego compreende todas as pessoas (tanto trabalhadores por conta de outrem como trabalhadores por conta própria) que exercem uma atividade produtiva abrangida pela definição de produção dada pelo sistema.
508	EMPRESA	Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.
6741	ENERGIA ELÉTRICA	Energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.
6902	ENERGIA EÓLICA	Energia cinética do vento explorada para a produção de eletricidade em turbinas eólicas.
6700	ENERGIA GEOTÉRMICA	Energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.

Código	*Designação*	*Definição*
6701	ENERGIA HÍDRICA	Energia renovável com fonte na energia potencial resultante dos fluxos de água nos rios.
3885	ENSINO SECUNDÁRIO	Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.
3889	ENSINO SUPERIOR	Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.
3800	ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA (e0)	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.
1118	ESTABELECIMENTO HOTELEIRO	Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.
9	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA	Conjunto de órgãos que garante à água condições de qualidade (água potável). As simples filtragens e cloragens não são abrangidas por este conceito.
7281	EUTROFIZAÇÃO	Processo que beneficia o desenvolvimento de determinadas espécies vegetais, incluindo algas e infestantes, pelo enriquecimento da água em nutrientes, especialmente azoto e fósforo, proveniente da contaminação de origem industrial e agrícola.
520	FARMÁCIA	Estabelecimento de saúde, licenciado por alvará concedido pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), através de concurso público, apenas a farmacêuticos. O exercício da sua atividade está devidamente regulamentado, competindo aos farmacêuticos, ou aos seus colaboradores, sob a sua responsabilidade, a função de preparar, controlar, conservar e dispensar medicamentos ao público. Pode ter, em condições devidamente regulamentadas, dois postos farmacêuticos novos.
1809	GANHO	Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com caráter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).
6345	GASES COM EFEITO DE ESTUFA	Gases concentrados na atmosfera que absorvem e emitem radiação infravermelha, a partir dos raios solares que são refletidos para o espaço ou absorvidos e transformados em calor. Os principais gases com efeito de estufa são o vapor de água, o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4), o óxido nitroso (N_2O), o ozono (O_3), os clorofluorcarbonetos (CFC), os hifroclorofluorcarbonetos (HCFC).

Código	Designação	Definição
3804	ÍNDICE DE JUVENTUDE	Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos).
3807	ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 55-64 anos).
5438	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES	O IRS é um imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares. Os rendimentos são classificados por categorias, e o imposto O IRS é um imposto que incide sobre a soma desses rendimentos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos. Âmbito de sujeição a imposto - Quando as pessoas são residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, isto é, também ficam sujeitos a imposto os rendimentos obtidos fora do território nacional. Existindo agregado familiar, o IRS incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por isso se pode dizer que o IRS é um imposto sobre as famílias.
138	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.
998	LUGAR	Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.
4385	MÉDICO	Profissional qualificado com educação médica e autorizado legalmente a exercer medicina.
194	MORTALIDADE INFANTIL	Óbitos de crianças nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.
2554	MUSEU	Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para estudo, educação e lazer.
198	NACIONALIDADE	Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Código	*Designação*	*Definição*
4394	NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICO (NUTS)	Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3. O território económico de cada país, tal como definido na Decisão nº 91/450/CE CEE da Comissão, inclui igualmente território extrarregional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes). Da classificação NUTS deverá igualmente constar a possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves. As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros. A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional.
1535	OBRA CONCLUÍDA	Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.
3080	OBRA DE ALTERAÇÃO	Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, assim como a natureza e a cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento, implantação ou cércea.
3231	OBRA DE AMPLIAÇÃO	Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cércea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).
3078	OBRA DE CONSTRUÇÃO NOVA	Obra de construção de edificação inteiramente nova.
3079	OBRA DE RECONSTRUÇÃO SEM PRESERVAÇÃO DA FACHADA	Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, da qual resulte a reconstituição da estrutura da fachada, da cércea e do número de pisos.
1301	PENSÃO	Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

Código	*Designação*	*Definição*
2439	PESSOAL AO SERVIÇO	Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").
6136	PESSOAL DOCENTE	Conjunto dos educadores de infância e/ou professores, de um estabelecimento de educação/ensino ou de uma entidade.
208	POPULAÇÃO RESIDENTE	Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.
6502	PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO	Contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço.
2593	PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO	O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de outras três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia). Deduzindo ao PIBpm o consumo de capital fixo, obtém-se o Produto Interno Líquido a preços de mercado (PILpm).

Código	*Designação*	*Definição*
5644	PRODUTO INTERNO BRUTO REGIONAL	Equivalente regional do PIB nacional. Avaliado a preços de mercado, adicionando-se os impostos regionalizados líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, e aos valores acrescentados, por região, a preços de base. A soma dos PIBR a preços de mercado por região, incluindo o PIBR do território extrarregional, é igual ao PIB a preços de mercado.
4791	REABILITAÇÃO URBANA	Intervenção integrada, sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e é modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas e espaços de utilização coletiva e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação dos edifícios.
2867	RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS	Recolha especial de resíduos que são objeto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (Ex.: os vidrões e os denominados "ecopontos").
3641	RENDIMENTO BRUTO	Rendimento recebido antes da dedução do imposto sobre o rendimento, dos impostos regulares sobre o património, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.
1349	RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.
2870	RESÍDUO URBANO	Resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua composição ou características, seja semelhante ao produzido nas habitações.
278	RETENÇÃO	Consiste na manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas.
217	SALDO MIGRATÓRIO	Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.
930	SAÍDA	Somatório das expedições de mercadorias efetuadas por Portugal para os restantes Estados-membros, com as exportações de Portugal para os países terceiros.
4529	SAÚDE PÚBLICA	Setor dos serviços de cuidados de saúde cujos objetivos são a proteção e o restabelecimento da saúde da população através de ações coletivas e sociais.
1355	SEGURANÇA SOCIAL	Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.

Código	Designação	Definição
21	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Conjunto de órgãos interligados que, no seu todo, têm como função colocar água em casa do consumidor, em boa quantidade e boa qualidade. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, adutora para a distribuição e rede de distribuição.
3967	SÍTIO DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA (S.I.C.)	Sítio que, na ou nas regiões biogeográficas a que pertence, contribui de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural ou uma espécie, num estado de conservação favorável e para manter a diversidade biológica. Um sítio (classificado no âmbito da Diretiva 92/43/CEE do Conselho) que, na ou nas regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica ou macaronésica, contribua de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural do anexo B-I ou de uma espécie do anexo B-II num estado de conservação favorável, e possa também contribuir de forma significativa para a coerência da Rede Natura 2000 ou para, de forma significativa, manter a diversidade biológica na ou nas referidas regiões biogeográficas.
6519	SOBREVIVÊNCIA DA EMPRESA	Uma empresa sobrevive se estiver em atividade em termos de volume de negócios e/ou emprego em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que está ligada tiver cessado a atividade, mas esta tenha sido retomada por uma ou mais unidades legais novas, criadas especificamente para utilizar os fatores de produção dessa empresa.
3102	SOLO URBANO	Solo ao qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e edificação e no qual se integram os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada.
222	TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).
228	TAXA DE FECUNDIDADE GERAL	Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) mulheres em idade fértil).
231	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10^3) nados vivos).
6515	TAXA DE NATALIDADE DE EMPRESAS	Quociente entre o número de nascimentos reais e o número de empresas ativas no período de referência.
6204	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO	Conjunto de infraestruturas e ferramentas eletrónicas que permitem produzir, armazenar, processar e disseminar/partilhar informação.
1546	TIPO DE OBRA	Classificação dos trabalhos efetuados em edifícios ou terrenos segundo as seguintes modalidades: construção nova, ampliação, alteração, reconstrução e demolição.

Código	*Designação*	*Definição*
2606	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM	Os trabalhadores por conta de outrem são definidos como todas as pessoas que, nos termos de um contrato, trabalham para outra unidade institucional residente, recebendo em contrapartida uma remuneração.
5826	USO DO SOLO, EQUIPAMENTOS E PARQUES URBANOS	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como equipamento, equipamento existente, equipamento proposto.
5824	USO DO SOLO NA INDÚSTRIA	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como indústria, indústria existente, indústria proposta, indústria extrativa.
5827	USO DO SOLO NO TURISMO	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como turismo, turismo existente, turismo proposto.
5825	USO DO SOLO URBANO	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como urbano, urbano e urbanizável, urbanizável, comércio e serviços, comércio e serviços existentes, comércio e serviços propostos, edificação dispersa.
5645	VALOR ACRESCENTADO BRUTO/AVALIAÇÃO DO VAB	Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.
2772	VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO	Valor criado pelo processo produtivo durante o período de referência e é obtido pela diferença entre a produção e os consumos intermédios.
3965	ZONA DE proteção ESPECIAL	Área de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação das populações das espécies de aves selvagens inscritas no anexo A-I do DL 140/99, de 24 de abril e dos seus habitats.

X. CLASSIFICAÇÕES

Código (versão)	**Designação (versão)**	**Sigla**
V00001	Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 2.1	CAE Rev.2.1
V00554	Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3	CAE Rev.3
V00017	Código da divisão administrativa (distritos/municípios/freguesias)	-
V00034	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2002 (NUTS 2002)	NUTS 2002
V00033	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2001 (NUTS 2001)	NUTS 2001
V00152	Nomenclatura dos setores institucionais (S - SEC 95)	-

Código (versão)	Designação (versão)	Sigla
V00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	-
V00408	NUTS 2001 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	-

XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

Código	*Designação*	*Extensão*
5743	ADSL	Linha de Subscritor Digital Assimétrica
7965	AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
4521	CAE	Classificação Portuguesa das atividades Económicas
4048	CAE Rev. 2.1	Classificação Portuguesa das atividades Económicas, Revisão 2. 1
5896	CAE Rev. 3	Classificação Portuguesa das atividades Económicas, Revisão 3
7775	CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
4096	DEE	Departamento de Estatísticas Económicas
5870	DES/TT	Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais / Serviço de Estatísticas Territoriais
6341	DGCI	Direção-Geral dos Impostos
4596	DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
4583	DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
6414	DPP	Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais
7968	DSLM	Digital Subscriber Line Access Multiplexer
2161	ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
4134	Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
6262	GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
5620	GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
7773	DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
4159	I&D	Investigação e Desenvolvimento
4593	II,I.P	Instituto de Informática, I. P
4556	INAG	Instituto da Água, I.P.
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
6317	INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais

Código	*Designação*	*Extensão*
6793	IRS	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares
7434	ISCCT	Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial
7435	ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
7966	kb/s	Kilobits por segundo
4181	kg	Quilograma
4182	km	Quilómetro
6261	MEE	Ministério da Economia e do Emprego
2342	MEC	Ministério da Educação e Ciência
4193	MJ	Ministério da Justiça
4192	MSSS	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
7609	MIRR	Mapas Integrados de Registo de Resíduos
7712	MRRU	Mapas de Registo de Resíduos Urbanos
5415	N.º	Número
4201	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
4203	OCDE (OECD)	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
4569	PIB (GDP)	Produto Interno Bruto
7436	PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
6439	QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
7348	RSI	Rendimento Social de Inserção
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
4229	SIGINE	Sistema de Informação de Gestão do INE
7606	SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
4241	VAB	Valor Acrescentado Bruto
7212	ZPE	Zona de Proteção Especial

XII. BIBLIOGRAFIA

Bandura, R. (2008), *A Survey of Composite Indices Measuring Country Performance: 2008 update*, United Nations Development Programme – Office of Development Studies.

Carvalho, A. e Matias, S. (2004), "Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas - 2001", DPP, *Prospetiva e Planeamento*, nº 10.

Documento Metodológico – Casamentos, cód. 106/versão 2.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Criminalidade Registada - Mapa para Notação de Crimes (Mod 262), cód. 490/versão 1.0, DGPJ/Ministério da Justiça.

Documento Metodológico – Estatísticas Correntes do Comércio Extracomunitário, cód. 49/versão 1.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Estatísticas Correntes do Comércio Intracomunitário (Intrastat), cód. 50/versão 3.3, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Estatísticas das Farmácias, cód. 351/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Estatísticas das Obras Concluídas, cód. 167/versão 1.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Estatísticas dos Resíduos Urbanos, cód. 342/versão 2.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Estimativas Anuais da População Residente, cód. 113/versão 1.1, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Indicadores Demográficos, cód. 117/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, cód. 127/versão 1.0, versão 1.1 e versão 1.2, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, cód. 305/versão 3.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - Setor Instituições, cód. 422/versão 3.0, GPEARI/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - Setor Empresas, cód. 421/versão 2.3, GPEARI/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior, cód. 419/versão 1.3, GPEARI/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior - RAIDES, cód. 420/versão 1.3, GPEARI/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito aos Centros de Saúde, cód. 321/versão 1.2, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito aos Museus, cód. 65/versão 4.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito aos Recintos de Espetáculos, cód. 333/versão 3.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais / Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR / VFF), cód. 71/versão 1.0, INAG.

Documento Metodológico – Óbitos por Causas de Morte, cód. 353/versão 1.1, Instituto Nacional de Estatística e Direção-Geral da Saúde.

Documento Metodológico – Quadros de Pessoal, cód. 395/versão 1.0, GEP/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

DPP (2006), *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013: Avaliação ex-ante*, Lisboa, outubro.

European Commission (2005), *Tools for Composite Indicators Building*, Joint Research Centre.

Eurostat (2009), *High-tech industry and knowledge-intensive services*, Reference Metadata in Euro SDMX Metadata Structure (ESMS).

INE, I.P. (1993, 1995, 1997, 2000, 2002, 2004, 2005 e 2007), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, INE, I.P., Lisboa – Portugal.

Mateus, Augusto & Associados, CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE (2005), "Competitividade territorial e coesão económica e social", *Colecção Estudos de Enquadramento Prospectivo do Quadro Comunitário de Apoio III*, Observatório do QCA III, Lisboa.

OCDE (1992), *Políticas industriais nos países da OCDE*, Relatório Anual.

OCDE (2000), *Information Technology Outlook 2000: ICT´s, E-commerce and the Information Economy*, Paris.

OCDE (2001), *Tableau de bord de l´OCDE de la science, de la technologie et de l´industrie: Vers une économie fondée sur le savoir*, Paris.

OECD (2003), *Composite indicators of country performance: a critical assessment*, Paris.

OECD (2007), *Information Economy – Sector Definitions based on the International Standard Industry Classification (ISIC 4)*, DSTI/ICCP/IIS(2006)2/FINAL.

OECD, European Commission, Joint Research Centre (2008), *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*, OECD Publishing.

Wong, D. S. W. (1993), "Spatial Indices of Segregation", *Urban Studies*, 30(3): 559-572.

Anexo ao ponto VI. Variáveis de recolha não-direta

Competitividade

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
SEN			
PIB *per capita*	INE, Contas económicas regionais (Base 2006).	Milhares de euros	Relação entre o produto interno bruto e a população de referência
Produtividade do trabalho	INE, Contas económicas regionais (Base 2006).	Milhares de euros	Relação entre o valor acrescentado bruto e o emprego (número de indivíduos)
Relação entre as exportações e o PIB	INE, Estatísticas do comércio internacional de bens. INE, Contas económicas regionais (Base 2006).	%	Relação percentual entre as exportações por sede de operador e o produto interno bruto
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 49 e 50 (ver referência no capítulo XII)
Densidade populacional	INE, Estimativas anuais da população residente. IGP, Carta administrativa oficial de Portugal.	N.º/km²	Relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada (população residente no final do ano) e a superfície desse território
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Número de empregados por indivíduo em idade ativa	INE, Contas económicas regionais (Base 2006). INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	Relação entre o emprego (número de indivíduos) e a população no final do ano com 15 ou mais anos
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Índice de renovação da população em idade ativa	INE, Indicadores demográficos.	N.º	Relação entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa por 100 pessoas com 55-64 anos)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)
Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, GEP.	%	Relação percentual entre o número de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa com ensino superior e o número de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)
Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros com 3 ou mais estrelas por 1 000 habitantes	INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	Relação, em permilagem, entre a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros de 3 ou mais estrelas (hotéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos) e nas pousadas, determinada pelo número de camas existentes considerando como duas as camas de casal, e a população média residente
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 305 e 113 (ver referência no capítulo XII)
Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário	Ministério da Educação, GEPE.	%	Relação percentual entre o número de alunos matriculados em vias profissionalizantes do ensino secundário e o número total de alunos matriculados no ensino secundário

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Grau de especialização em fatores competitivos avançados	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	Relação percentual entre o valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras onde escala, diferenciação ou I&D são fatores chave e o valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (ótica da localização da sede da empresa) (OCDE, 1992; a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3)
Representatividade dos ramos de atividade mercantis	INE, Contas económicas regionais (Base 2006) (pedido especial de apuramento).	%	Relação percentual entre o valor acrescentado bruto das atividades mercantis (todas excluindo as do setor institucional S13 - Administrações públicas) e o valor acrescentado bruto total
Proporção de VAB em ramos de atividade internacionalizáveis	INE, Contas económicas regionais (Base 2006).	%	Relação percentual entre o valor acrescentado bruto dos ramos de atividades internacionalizáveis (até 2006, secções A a D e H a K da CAE Rev. 2.1; a partir de 2007, secções A a C e H a N da CAE Rev. 3) e o valor acrescentado bruto total (DPP, 2006; adaptado para a CAE Rev. 3)
Proporção de população residente em municípios com lugares com 10 mil ou mais habitantes	INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2001.	%	Relação percentual entre a população residente no final do ano em municípios com lugares com 10 mil ou mais habitantes (identificados nos Censos 2001) e a população residente no final do ano *Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)*
Intensidade tecnológica da atividade industrial e dos serviços	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	Relação percentual entre o valor acrescentado bruto gerado nos serviços de alta tecnologia intensivos em conhecimento e nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e o valor acrescentado bruto total (ótica da localização da sede da empresa) (OCDE, 2001; a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3, conforme Eurostat, 2009)
Proporção de pessoal ao serviço nas Tecnologias de Informação e Comunicação	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	Relação percentual entre o emprego (pessoal ao serviço) nas Tecnologias de Informação e Comunicação e o emprego total (ótica da localização da sede da empresa) (OCDE, 2000; a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3, conforme OECD, 2007)
Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa sem ser por encerramento em relação ao emprego total	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, GEP (pedido especial de apuramento).	%	Relação percentual entre o número de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de empresa sem ser por encerramento e o número total de trabalhadores por conta de outrem (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano) *Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)*
Taxa de natalidade das empresas	INE, Demografia das empresas.	%	Relação percentual entre o número de nascimentos reais de empresas no ano n e o número de empresas existentes no ano n (ótica da localização da sede da empresa)
Taxa de sobrevivência das empresas dos ramos de atividade internacionalizáveis	INE, Demografia das empresas (pedido especial de apuramento).	%	Relação percentual entre o número de nascimentos reais de empresas das secções B, C, D, H, I e K da CAE Rev. 2.1 (até 2006) e das secções A a C, H a J e L a N da CAE Rev. 3 (a partir de 2007) no ano n e o número dessas empresas ainda ativas no ano n+2 (o SCIE não incorpora dados da agricultura, silvicultura e atividades financeiras e de seguros) (ótica da localização da sede da empresa) (DPP, 2006; a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3)

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Proporção de pessoal ao serviço das empresas maioritariamente estrangeiras	INE, Estatísticas das filiais de empresas estrangeiras.	%	Relação percentual entre o emprego (pessoal ao serviço) em empresas (até 2006, secções C a K da CAE Rev. 2.1, exceto a J; a partir de 2007, secções A a S da CAE Rev. 3 e secções K e O) com participação de capital estrangeiro superior a 50% e o emprego total (ótica da localização da sede da empresa)
Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, GPEARI - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Contas económicas regionais (Base 2006) (pedido especial de apuramento).	%	Relação percentual entre as despesas das empresas em Investigação e Desenvolvimento e o valor acrescentado bruto das empresas (S11: sociedades não financeiras + S12: sociedades financeiras) *Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 421 (ver referência no capítulo XII)*
Despesas em I&D no VAB	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, GPEARI - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Contas económicas regionais (Base 2006). Cálculos próprios.	%	Relação percentual entre as despesas em Investigação e Desenvolvimento totais e o valor acrescentado bruto total *Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 422 (ver referência no capítulo XII)*
Taxa de crescimento migratório	INE, Indicadores demográficos.	%	Saldo migratório observado durante o ano civil, referido à população média desse período (expressa por 100 habitantes) *Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)*
Taxa de atração líquida de trabalhadores por conta de outrem	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, GEP. Cálculos próprios.	%	Relação entre a diferença entre o fluxo de entrada e o fluxo de saída de trabalhadores por conta de outrem, entre o ano n-1 e o ano n, e o número médio de trabalhadores por conta de outrem, entre o período n-1 e o período n (a cada ano foi associado o indicador relativo ao biénio terminado no último ano) *Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)*
Pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial por pessoa ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial	INE, Sistema de contas integradas das empresas (pedido especial de apuramento).	N.º	Relação entre o número de pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial e o número de pessoas ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Procedimentos administrativos			
Cobertura territorial potencial em banda larga (ADSL)	Portugal TELECOM. IGP, Carta administrativa oficial de Portugal. Cálculos próprios.	%	Relação, em percentagem, entre a área de influência de referência (raio de 2500 m) das centrais da Portugal Telecom com DSLAM e a superfície da unidade territorial (o raio de 2 500m corresponde a uma velocidade de débito de aproximadamente 4 000 kb/s para as quatro modalidades consideradas: ADSL2+ e ADSL, considerando cabos de cobre de 0,4mm e de 0,5mm)

Coesão

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
SEN			
Esperança de vida à nascença	INE, Indicadores demográficos.	Ano	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio centrado no ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)
Taxa quinquenal de mortalidade infantil	INE, Óbitos por causas de morte.	‰	Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados vivos do mesmo período (expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1 000 nados vivos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao quinquénio terminado no ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 353 (ver referência no capítulo XII)
Proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água	INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até 2005). INAG - INSAAR (a partir de 2006).	%	Relação percentual entre a população servida por sistemas de abastecimento de água e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 71 (ver referência no capítulo XII)
Proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais	INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até 2005). INAG - INSAAR (a partir de 2006).	%	Relação percentual entre a população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 71 (ver referência no capítulo XII)
Médicos ao serviço nos centros de saúde por 1000 habitantes	INE, Inquérito aos centros de saúde. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	Relação, em permilagem, entre o número de médicos ao serviço nos centros de saúde e a população residente no final do ano
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 321 e 113 (ver referência no capítulo XII)
Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	INE, Estatísticas das farmácias. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	Relação, em permilagem, entre o número total de farmácias e postos de medicamentos existentes no final do ano e a população residente no final do ano
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 351 e 113 (ver referência no capítulo XII)
Pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, GPEARI.	N.º	Relação entre o pessoal docente do ensino superior e o número de alunos matriculados no ensino superior (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 419 e 420 (ver referência no capítulo XII)

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Número de equipamentos culturais por 1 000 habitantes	INE, Inquérito aos recintos de espetáculos. INE, Inquérito aos museus. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	Índice médio das capitações dos equipamentos culturais, definido como (RE/P+M/P)/2, com RC-Recintos de espetáculos, M-Museus, P-População residente no final do ano) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 333, 65 e 113 (ver referência no capítulo XII)
Proporção de população residente em municípios com lugares com 2 mil ou mais habitantes	INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2001.	%	Relação percentual entre a população residente no final do ano em municípios com lugares com 2 mil ou mais habitantes (identificados nos Censos 2001) e a população residente no final do ano
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Taxa de pré-escolarização	Ministério da Educação, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). INE, Estimativas anuais da população residente.	%	Relação percentual entre o número de indivíduos dos 3 aos 5 anos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente no final do ano com idade entre 3 e 5 anos
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Taxa bruta de escolarização do ensino secundário	Ministério da Educação, GEPE. INE, Estimativas anuais da população residente.	%	Relação percentual entre o número de indivíduos matriculados no ensino secundário e o total da população residente no final do ano com idade entre 15 e 17 anos
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, GEP.	Euros	Relação entre o valor dos ganhos mensais dos trabalhadores por conta de outrem e o número de trabalhadores por conta de outrem
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)
Valor médio anual das pensões do regime geral da Segurança Social	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, II,I.P.	Euros	Relação entre o valor das pensões processadas dos regimes de velhice, invalidez e sobrevivência e o número de beneficiários (pensionistas)
Índice de juventude	INE, Indicadores demográficos.	N.º	Relação entre o número de pessoas residentes no final do ano com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas residentes no final do ano com 65 ou mais anos (expressa por 100 pessoas com 65 ou mais anos)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)
Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade	Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática, I.P. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	Relação entre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a população residente no final do ano com 15 ou mais anos (expressa por 1 000 pessoas com 15 ou mais anos)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Taxa de retenção/desistência no ensino básico	Ministério da Educação, GEPE.	%	Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino básico que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados no ensino básico, nesse ano letivo
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	Ministério da Educação, GEPE.	%	Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino secundário que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados no ensino secundário, nesse ano letivo
Taxa de criminalidade contra a integridade física	Ministério da Justiça, DGPJ. INE, Estimativas anuais da população residente.	‰	Relação, em permilagem, entre o número de crimes contra a integridade física e a população residente no final do ano
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 490 e 113 (ver referência no capítulo XII)

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira	INE, Casamentos.	%	Relação percentual entre o número de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira e o número total de casamentos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 106 (ver referência no capítulo XII)
Taxa de fecundidade na adolescência	INE, Indicadores demográficos.	‰	Relação, em permilagem, entre nados vivos de mulheres com idade inferior a 19 anos e o efetivo médio de mulheres do grupo etário 15-19 anos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)
Procedimentos administrativos			
Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante	Ministério das Finanças, DGCI. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	%	Dispersão concelhia, medida pelo coeficiente de variação ponderado pela população residente, do rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado, por indivíduo médio residente
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Rendimento familiar por habitante	Ministério das Finanças, DGCI. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	Euros	Rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado, por indivíduo médio residente
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Capacidade de retenção do rendimento gerado	Ministério das Finanças, DGCI. INE, Contas regionais (Base 2006). Cálculos próprios.	N.º	Relação entre o rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado e o valor acrescentado bruto
Desemprego registado por indivíduo em idade ativa	Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	N.º	Relação entre as médias mensais do número de desempregados registados e a população média residente com 15 ou mais anos
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)
Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa	Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	%	Coeficiente de variação da relação entre o desemprego registado (médias mensais) de cada sexo e a população residente média em idade ativa de cada sexo ponderada pelo peso do desemprego registado (médias mensais) de cada sexo no total do desemprego registado (médias mensais) da respetiva unidade territorial
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)

Qualidade ambiental

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
SEN			
Resíduos urbanos recolhidos por habitante	Instituto dos Resíduos - SGIR (até 2006). Agência Portuguesa do Ambiente - SIRAPA--(Mapa de Registo de Resíduos Urbanos) (a partir de 2007). INE, Estimativas anuais da população residente.	Kg/hab.	Relação entre o volume de resíduos urbanos recolhidos e a população média residente
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 342 e 113 (ver referência no capítulo XII)
Águas residuais drenadas por habitante	INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até	m³ (milhares)/hab.	Relação entre o volume de águas residuais drenadas e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
	2005). INAG - INSAAR (a partir de 2006). INE, Estimativas anuais da população residente.		*Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 71 e 113 (ver referência no capítulo XII)*
Proporção de população servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR)	INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até 2005). INAG - INSAAR (a partir de 2006).	%	Relação percentual entre a população servida por estações de tratamento de águas residuais e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 71 (ver referência no capítulo XII)
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	Instituto dos Resíduos - SGIR (até 2006). Agência Portuguesa do Ambiente – SIRAPA (Mapa de Registo de Resíduos Urbanos) (a partir de 2007).	%	Relação percentual entre o volume de resíduos urbanos com recolha seletiva e o volume de resíduos urbanos recolhidos
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 342 (ver referência no capítulo XII)
Contribuição da região para a substituição da produção de eletricidade produzida com energia primária fóssil por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões	Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, DGEG. Cálculos próprios.	%	Relação percentual entre a produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e de centrais de cogeração e o consumo de eletricidade total
Proporção da superfície de obras de reabilitação física no total de superfície de obras concluídas	INE, Estatísticas das obras concluídas (pedido especial de apuramento). Cálculos próprios.	%	Relação percentual entre a área total de obras de ampliação, alteração e reconstrução e a área total de obras concluídas (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 167 (ver referência no capítulo XII)
Consumo doméstico de água por habitante servido	INE, Inquérito ao ambiente - caracterização do saneamento básico (até 2005). INAG - INSAAR (a partir de 2006). INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	m^3 (milhares)/hab.	Relação entre o volume de água consumida e a população servida por sistemas de abastecimento de água, obtida através da aplicação da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água à população residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no último ano)
			Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 71 e 113 (ver referência no capítulo XII)
Concentração territorial de novas construções	INE, Estatísticas das obras concluídas. Cálculos próprios.	%	Índice de Gini: concentração da área de construções novas concluídas (correspondente ao triénio terminado no ano) nas freguesias face à concentração da superfície das freguesias, incorporando um fator de contiguidade (Wong, 1993)
			Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 167 (ver referência no capítulo XII)
Procedimentos administrativos			
Indicador de água segura (consumo humano)	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Direção Regional do Ambiente da R. A. da Madeira.	%	[(1 – número de análises em falta / número de análises regulamentares obrigatórias) x (número de análises em cumprimento do valor paramétrico / número de análises realizadas com valor paramétrico)] x 100
Qualidade do ar	Agência Portuguesa do Ambiente. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira. Cálculos próprios.	-	Média ponderada do número de dias imputado a cada NUTS III, em cada uma das categorias do ar: Muito Bom (MB), Bom (B), Médio (Md), Fraco (F) e Mau (M). Designando por Ni o número de dias imputados à categoria i, com i = MB, B; Md, F e M, obtém-se IQAr = (5MB + 4B + 3Md + 2F + 1M) / 15. Consideram-se atmosféricos: NO2 (dióxido de azoto), SO2 (dióxido de enxofre) e O2 (ozono), CO (monóxido de carbono) e PM10 (partículas finas e inaláveis).
Emissões que provocam acidificação e eutrofização por km^2	Agência Portuguesa do Ambiente. Cálculos próprios.	Gg/km^2	Emissões poluentes ácido equivalente, expressas em gigagramas/km2 (inclui: óxidos de azoto (NOx), dióxido de enxofre (SOx) e amoníaco (NH3) [fatores de conversão em equivalentes ácido: Sox = 31,25; NOx = 21,74 e NH3 = 58,82]

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Emissões poluentes com impacto na saúde pública por km^2	Agência Portuguesa do Ambiente. Cálculos próprios.	Gg/km^2	Emissões poluentes COVNM equivalentes, expressas em gigagramas/km2 (inclui: compostos orgânicos não metanosos (COVNM) e óxidos de azoto (NOx) [fatores de conversão em COVNM equivalente: NOx = 1,22 e COVNM = 1]
Zonas classificadas em percentagem da área total	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira. IGP, Carta administrativa oficial de Portugal Cálculos próprios.	%	União das áreas das Zonas de Proteção Especial (ZPE) (Rede Natura 2000) e das áreas dos Sítios (Rede Natura 2000) e das Áreas Protegidas (Rede Nacional)) e interseção com a área terrestre definida pela CAOP / Área total x 100
Eficiência potencial do processo de urbanização	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores). Direção Regional de Geografia e Ordenamento do Território (R. A. Madeira). INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	Contexto territorial de referência = 100	Quociente de localização, medido pela relação do rácio entre a população residente na NUTS III e a área dos usos do solo "Urbano", "Equipamentos e parques urbanos", "Industrial" e "Turismo" identificados nos Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT) na NUTS III com o rácio entre a população residente na NUTS III e NUTS III contíguas (no caso das regiões autónomas, são consideradas as restantes 29 sub-regiões NUTS III) e a área para usos dos solos identificados nos Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT) na NUTS III e NUTS III contíguas (no caso das regiões autónomas, são consideradas as restantes 29 sub-regiões NUTS III) (as classes de uso do solo retidas pretendem aproximar-se ao conceito jurídico de "Solo urbano") *Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)*
Ecoeficiência	Agência Portuguesa do Ambiente. Cálculos próprios. INE, Contas económicas regionais (Base 2006).	Gg	Relação entre as emissões de gases com efeito de estufa [CO2 (dióxido de carbono), CH4 (metano) e N2O (óxido nitroso)] e o valor acrescentado bruto [fatores de conversão em CO2 equivalente: CO2 = 1; CH4 = 21 e N2O = 310]